

RESENHA

SOBRE REPÚBLICAS, MILITARES, FANTASMAS E BENGALAS

(CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2019. 320 p.)

Rafael Marino ¹

Daniela Costanzo ²

O livro que aqui temos em tela, *Forças armadas e política no Brasil*, do historiador e cientista social José Murilo de Carvalho, no prefácio à reedição (ampliada e renovada), contém uma observação, entre a ironia objetiva e certa resignação, marcante: este conjunto de estudos sobre as Forças Armadas no Brasil, publicado pela primeira vez em 2005, deixou de ser reeditado porque o interesse, do público e do autor, pelo tema das Forças Armadas havia reduzido sensivelmente. A base material para tal desinteresse teria sido, justamente, os avanços sociais e a estabilidade institucional que o país assistira entre as décadas de 1990 e 2010.

Passados quinze anos daquele desinteresse editorial e intelectual, figurações e aparentes fantasmas da história brasileira retornam, efetivamente, para a cena pública. Fora eleito, em 2018, um presidente cuja origem militar é amplamente alardeada e que tem como ícone ninguém menos do que Carlos Alberto Brilhante Ustra – primeiro condenado pela Justiça brasileira pela prática de tortura durante o regime militar brasileiro. O vice-presidente, general da reserva, já no ano 2015, em comemoração ao golpe de 1964 e diante de outros oficiais, afirmou que a intervenção havia salvado o Brasil do comunismo, impedindo que o país fosse para as mãos “da escória moral que, anos depois, o povo brasileiro resolveu por bem colocar no poder” (Mourão *apud* Carvalho, 2019: 255). O número de militares em cargos civis, atualmente, é um dos maiores da história recente no Brasil, contando com 6.157 militares da ativa e da reserva em cargos civis³.

¹ Doutorando e mestre (2019) em Ciência Política pela FFLCH - USP, graduado em Ciências Sociais pela mesma instituição. É editor da revista *Leviathan* (DCP-USP). Desde 2013, é pesquisador do Grupo de Pesquisa Pensamento e Política no Brasil.

² Doutoranda e Mestra (2017) em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Possui graduação e licenciatura em Ciências Sociais pela mesma universidade (2013). É pesquisadora do Núcleo de Desenvolvimento do CEBRAP. É editora da área de Instituições Políticas, Políticas Públicas e Política Comparada da Revista *Leviathan*. É pesquisadora do grupo de pesquisa Pensamento e Política no Brasil.

³ O levantamento foi feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Informação disponível em:

Ademais, o temor de um novo período de exceção militar passou a assolar setores significativos da população – não sem motivo, até porque, como explorado em apuração recente, há fortes indícios de o presidente em exercício ter acalentado planos de intervir militarmente no Supremo Tribunal Federal (Gugliano, 2020) e a sua escalada golpista, por meio de falas e atos, ter ficado cada vez mais clara ao longo dos anos.

À vista desta conjuntura, não é de se espantar a profusão de estudos sobre militares na política. Destaques, nesse bojo, são os estudos e livros de Piero Leirner (2020), Celso Castro (2021), Castro e Silvia Monnerat (2018), Castro e Adriane Marques (2019), João Roberto Martins Filho (2021), Maria Alice Rezende de Carvalho (2019) e Raposo et al. (2019). Os quais, de forma geral, tentam compreender elementos como: (i) a estruturação hierárquica, simbólica e sociodemográfica das Forças Armadas, (ii) as disposições dos militares frente ao Estado e à política, (iii) as possíveis novidades estratégicas e táticas das Forças Armadas em suas projeções políticas e de intervenção social, (iv) a sua presença crescente, dissimulada ou não, nas mais diversas instâncias do aparelho de Estado e (v) a relação das Forças Armadas com os Poderes Constitucionais da República. A partir desta conjuntura política e de pesquisas, é possível também entender, e saudar, a republicação de um trabalho clássico na temática, como é o caso de Forças Armadas e política no Brasil, de Carvalho. Cujo pioneirismo e importância em analisar, no pormenor, elementos históricos, políticos e sociológicos das Forças Armadas brasileiras a partir de um ferramental teórico arrojado e multidisciplinar é atestado pela (re)visita constante feita por especialistas na área, principalmente no campo das ciências sociais, à obra. Se, por um lado, essa pletora de trabalhos disponíveis é benfazeja, indica, por outro e em certa medida, que a atenção devida ao tema dos militares e sua relação com a política é, no mínimo, irregular se olhada não do ponto de vista de consistentes trajetórias de pesquisa de diversas(os) pesquisadoras(es), mas sim das ciências sociais enquanto campo (bem como suas respectivas associações) e do mercado editorial nacional.

Nesse sentido, não deixa de chamar a atenção que José Murilo de Carvalho em dois momentos do livro - em artigos escritos em momentos históricos distintos (1989 e 2006) -, de forma explícita, tenha chamado a atenção para o fato de que a omissão civil, em instâncias como o parlamento, partidos políticos e, em menor medida, nas universidades, possam contribuir para volta de intervenções militares no governo (Carvalho, 2019: 234). Feito as rodas da *fortuna* que atropelam aqueles que não têm *virtù* (Carvalho, 2019: 289).

Desta forma, é preciso dizer, as reflexões de Carvalho são construídas a partir de um ponto de fuga normativo e político específico. Não são poucos os momentos que Carvalho aponta o caráter inconcluso do Brasil – matéria diletta de outro livro de sua lavra (Carvalho, 2012) –, entendendo-o como uma república democrática disforme, dotada de uma economia moderna

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/17/governo-bolsonaro-tem-6157-militares-em-cargos-civis-diz-tcu.ghtml>

Visto em: 10 de fevereiro de 2021.

que não integra as classes populares a um patamar material civilizado (pelo contrário) e caracterizada por uma entrada tardia do povo na política, ao nível do Estado, fato que teria ocorrido em 1930 e seria a outra face de um processo político marcante até os dias de hoje: a transformação das Forças Armadas em atores políticos deveras significativos. Nesse sentido, uma das tarefas sensíveis na construção efetiva de uma República moderna e estruturada no Brasil seria a (re)discussão, justificação e (re)definição do papel das forças militares pela sociedade civil e pelos seus diversos meios de representação⁴. Até porque, segundo argumenta Carvalho, não seria realista defender a obsolescência das Forças Armadas nas condições atuais. Ainda nesse diapasão, o autor aponta que um modelo interessante seria o das Forças Armadas profissionalizadas alheias ao mundo político⁵, observado em algumas democracias consolidadas - diverso tanto do modelo de cidadãos armados de Israel, quanto do papel de intervenção política interna, como encontrado no Brasil.

Prova deste papel intervencionista das Forças Armadas é, de acordo com Carvalho, o fato de apenas duas das sete constituições que o Brasil já teve (a Imperial, de 1824, e Estadonovista, de 1937, ambas outorgadas e sem assembleias constituintes) não preverem um papel político de intervenção e policiamento interno das forças militares no país. A própria Constituição de 1988 tem o seu artigo de número 142 interpretado, por setores militares e civis, como chancela de intervenção política das forças militares em caso de possível ameaça institucional. Segundo Carvalho (2019: 25), essa inserção decorreria da pressão de militares, como o Ministro da Guerra, à época da constituinte⁶. Não obstante, o historiador pontua que o fato de que em 40 anos de governo civil não tenha ocorrido nenhuma mudança constitucional leva a crer na existência de um acordo tácito em torno da ideia de que a República precisaria de bengalas e que o autogoverno civil seria duvidoso.

Do ponto de vista metodológico e epistemológico, há discussões importantes. A trajetória universitária de Carvalho é próxima da de outros cientistas sociais, os quais, entre os anos 1960 e 1970, tiveram uma forte socialização intelectual em universidades dos Estados Unidos da América. Conformando a chamada "moderna ciência política brasileira", como apontam Forjaz (1997), Keinert e Silva (2010), na qual aposta-se na consecução de uma espécie de neoinstitucionalismo assentando num individualismo metodológico e numa noção de autonomia completa do campo político, dotado de regramentos próprios, frente a outras esferas da vida. Postura que fica clara no começo do primeiro ensaio do livro, a respeito das Forças Armadas na Primeira República, em que argumenta que o descaso por aspectos organizacionais, microsociológicos e internos e a

⁴ Algo próximo é defendido por outros estudiosos das Forças Armadas, como Oliveira (1986).

⁵ Cabe dizer aqui que a ênfase de Carvalho é nas relações internas ao país entre as forças armadas e outras esferas do Estado e da sociedade, até porque, no plano das relações internacionais e geopolíticas, não são poucas as forças militares, das chamadas democracias consolidadas, que têm um papel - dividido com civis, evidentemente - bastante violento e intervencionistas em outros países.

⁶ Quartim de Moraes (1989) e Oliveira (1986) também apontaram a existência de forte pressão militar na pactuação constitucional.

ênfase em aspectos que considera como macrosociológicos e externos (a ideia, por exemplo, de que os militares seriam representantes da classe média) seriam prejudiciais aos estudos a respeito de Forças Armadas⁷, levando-o a ter certa desconfiança de estudos como os de Nelson Werneck Sodré. Não obstante, anos depois, discutindo sobre militares e civis, Carvalho reconhece que essa discussão estava sendo superada, dado que não seria possível serem estudadas as organizações sem o entendimento aprofundado de outros campos, como economia, política, clivagens e classes sociais, ao passo que, da mesma forma, se entendeu que não havia como estudar as Forças Armadas sem se levar em conta seus aspectos organizacionais e institucionais.

O livro de Carvalho é dividido em quatro partes: i) “Forças Armadas e política: 2019” – na qual o cientista social pensa sobre a tutela militar ainda hoje exercida em nossa República; ii) “História”, em que faz uma retomada de longa duração a respeito de aspectos decisivos da organização das forças militares (recrutamento, treinamento, ideologia, etc.) e a construção de certos “padrões” de intervenção política; iii) “Política”, que concentra-se no esquadramento da relação política entre civis (e suas clivagens sociais) e militares, bem como questões de nossa redemocratização e constituinte de 1988, e dos militares com a recém construída República, na qual, apesar de mudanças, ainda detinham uma postura pouco democrática nas discussões a respeito das Forças Armadas e a necessária redefinição de seu papel por setores civis e iv) “Guerras”, cuja estruturação se dá em torno da dimensão social e cultural a respeito da Guerra da Tríplice Aliança e da campanha, durante a Segunda Guerra Mundial, da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália. Após essa breve indicação das partes, passaremos agora a uma exposição dos ensaios e trabalhos que compõem o livro.

Mesmo que de forma sumária, as tarefas políticas civis e sua relação com os militares desde a Constituinte de 1988, exposta na terceira parte, já foram realizadas. Por conseguinte, buscaremos expor os argumentos da primeira, segunda e quarta partes do livro.

Na primeira parte, que conta com o ensaio “Uma República tutelada”, Carvalho desenvolve algumas reflexões sobre o papel das Forças Armadas na política desde meados da década de 2010. Neste momento histórico, o autor apresenta movimentos considerados preocupantes por parte de alguns militares, dos quais podemos indicar: as seguidas manifestações públicas sobre política do general Hamilton Mourão (atual vice-presidente da República), à frente, no período em questão, do Comando Militar Sul e da Secretaria de Economia e Finanças do Exército e a interferência direta dos militares na não liberação de documentos sobre a repressão exercida durante o regime militar. O movimento mais preocupante, contudo, teve lugar na rede social Twitter e ocorreu no dia 3 de abril de 2018. Às vésperas do julgamento do pedido de *habeas corpus* em prol do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, no Supremo Tribunal Federal, o então comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, escreveu: “Asseguro à nação que o Exército brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e

⁷ Oliveira (1986) também irá conformar um quadro explicativo e uma crítica parecidos.

de respeito à Constituição, à paz social e à democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais” (apud Carvalho, 2019: 15). O recado teve apoio expresso e imediato de outras figuras da ativa, feito o general Augusto Heleno, atual chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República no governo Bolsonaro, e então comandante da Missão das Nações Unidas no Haiti. Como se tais fatos já não fossem suficientemente graves, uma vez que indicavam uma pressão indevida e inconstitucional sobre um dos Três Poderes da República, em novembro de 2018, falando novamente sobre o assunto, Villas Bôas justificou a comunicação de abril dizendo que as coisas estavam no limite, com o julgamento, e poderiam fugir do controle. Isto é, o comunicado não seria um raio em céu azul, mas sim fruto de pressões internas da corporação militar. Tal cenário ganhou um desfecho ainda mais grave com as eleições que ocorreram no mesmo ano: Bolsonaro, um capitão reformado do Exército e simpático ao regime militar brasileiro, ganhou a eleição e levou, para a administração federal (incluindo postos-chave), inúmeros quadros vindos das Forças Armadas.

A fim de avaliar esses acontecimentos tendo em vista uma compreensão histórica mais ampla, Carvalho elenca seis pontos que considera essenciais. Em primeiro lugar, a presença de militares no governo não indicaria a existência de um governo militar tal qual o vigente entre 1964 e 1985. Em segundo lugar, a presença de setores militares no governo é desigual e o maior peso recai sobre o Exército. Em terceiro lugar, por mudanças em sua composição social, seu treinamento, valores e posições políticas, a corporação de hoje seria diferente da do regime militar de 1964. Em quarto lugar, ainda há hostilidade entre elites civis e militares. Em quinto, há grande dificuldade, até hoje, nas Forças Armadas, em justificar seu papel e seus custos perante à sociedade. Por último, Carvalho indica que a corporação militar brasileira é insuficientemente alheia à política e, desta forma, pouco profissionalizada e, assim, distinta das corporações militares de democracias consolidadas.

Esses seis pontos levantados por Carvalho, contudo, podem ser relativizados. Do ponto de vista da discussão bibliográfica, Leirner (2020) argumenta, a partir da presença comemorada de Bolsonaro em eventos das Forças Armadas, desde, pelo menos, 2015, e vinculações de outra ordem, que o governo atual é muito mais, por assim dizer, estruturalmente militar do que o pensado por Carvalho. Ademais, a partir de eventos recentes, poderíamos pensar que a relação da corporação com a gestão bolsonarista é, de fato, mais profunda. Em primeiro lugar, a participação de um general da ativa e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, num ato de militantes pró-Bolsonaro não foi punida pela direção do Exército⁸. Em segundo lugar, o atual Ministro da Defesa, general da reserva Braga Netto, teria, em tom de ameaça, dito ao presidente da Câmara dos deputados, Arthur Lira, que, caso o voto impresso não fosse aprovado, as eleições de 2022 não ocorreriam. Lembremos que esta é uma pauta diletta de militância dos bolsonaristas

⁸Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/03/exercito-decide-nao-punir-pazuello-por-participacao-em-ato-com-bolsonaro.ghtml>. Acessado em: 23 de julho de 2021.

e de Bolsonaro⁹. Em terceiro lugar, não foram poucas as vezes que comandantes e outros militares reagiram aos trabalhos da CPI da Pandemia, cujas investigações apontam para possíveis caminhos ilegais tomados por figuras da corporação na condução política e sanitária da pandemia de COVID-19¹⁰. Apesar de poder parecer imprudente criticar Carvalho tendo em vista acontecimentos posteriores ao do relançamento de seu livro, tais fatos não poderiam ser deixados de lado na medida em que são centrais para a compreensão da posição ocupada por militares na política brasileira atualmente.

Na parte chamada “História”, Carvalho irá expor elementos organizativos, incursões políticas e mudanças históricas nas Forças Armadas brasileiras desde o século XIX até meados da segunda metade do século XX – com ênfase no período do Golpe militar de 1964. Entendendo os setores militares como uma instituição total goffmaniana, isto é, que envolve todas as dimensões da vida de seus membros, Carvalho olhará para elementos como recrutamento, educação e treinamento, tamanho do efetivo, ideologia organizacional etc. Do ponto de vista latino-americano, o Exército e a Marinha brasileiros se pareciam mais com a tradição europeia do que outros corpos militares de países vizinhos. Isso teria se dado porque, no Brasil, a independência fora conquistada sem grandes lutas e sem a consequente incorporação massiva de pessoas de diversos estratos na estrutura do exército, levando à manutenção de uma organização portuguesa na qual o corpo de oficiais era recrutado entre a nobreza e as praças eram selecionados entre camponeses e proletários urbanos – visto que oficiais deveriam se identificar com grupos dominantes e não com os inferiores na hierarquia, atitude que evitaria sedições contra as elites nacionais.

Há mudanças, porém. Entre o final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, observa-se que o recrutamento de oficiais passou de aristocrático para endógeno (permanência familiar, principalmente de filhos) e de classe média. O das praças foi consistentemente feito nas classes populares. Não à toa várias revoltas regenciais foram feitas em nome do povo e da tropa. O processo de recrutamento, no início do século XIX, era feito de forma voluntária, prevendo, contudo, caso este fracassasse, um recrutamento forçado. A maioria era recrutada entre criminosos mandados pela polícia, desempregados ou subempregados das grandes cidades e outras categorias, as quais não satisfaziam o oficialato. Desta forma, houve constante luta por “melhoria” no recrutamento, pensando-se em sorteios e o alistamento entre outras camadas sociais. Carvalho nota, também, uma forte questão racial nas Forças Armadas, algo que fica evidente, por exemplo, na chamada Revolta da Chibata (1910).

⁹Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-da-defesa-faz-ameaca-e-condiciona-eleicoes-de-2022-ao-voto-impreso,70003785916>. Acessado em: 23 de julho de 2021.

¹⁰Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-08/cpi-da-pandemia-aponta-para-nucleo-militar-em-escandalos-e-recebe-advertencia-inusual-das-forcas-armadas.html>. Acessado em: 23 de julho de 2021.

É interessante notar que até 1918, data de sua extinção, existia a chamada Guarda Nacional (1831-1918), com forte base civil e municipal. As pessoas que a serviam tinham renda mais alta e o alistamento era feito pelos oficiais da própria Guarda. Surgiu como alternativa ao Exército central, procurando evitar seu uso e intervenção nos estados. Com a Proclamação da República (1889), governadores criam o que seriam as Polícias Militares, as quais seriam pequenos exércitos estaduais para se proteger de intervenções – alguns deles eram mais equipados que o Exército propriamente dito, como a polícia de São Paulo que tinha uma aviação militar antes mesmo da Força Aeronáutica que será criada apenas em 1941. Em função da política de recrutamento criou-se, durante muito tempo, um divórcio entre o Exército e as elites civis – algo relativizado na Marinha, já que esta também atingia estratos sociais mais ricos e prestigiados. A oficialidade do Exército desenvolveu acentuada aversão contra as elites civis agrárias, como bacharéis e políticos. Desta feita, a partir de 1850, vê-se a criação, dentro das escolas militares, de uma contraelite militar, portadora de ideias e projetos distintos da elite civil. Essa hostilidade deu origem à disputa de poder, cujo desfecho será o golpe de 1889 - urdidor da República.

Tal apartamento das elites civis foi sendo remodelado com o desenvolvimento da urbanização e da industrialização no Brasil, dado que se viu a diminuição do poder de oligarquias rurais e o crescimento do poderio de elites industriais e urbanas, bastante centralizadoras, industrialistas, antirrurais e antiestaduais. Conformando, deste modo, uma confluência de interesses que engendrou instituições como Liga da Defesa Nacional, Liga Nacionalista e a Defesa Social Brasileira, formadas por militares, profissionais liberais, do comércio, magistrados e industriais – propagadoras de certo patriotismo e acentuado anticomunismo. Nas décadas finais do século XIX e durante o século XX, vê-se também, principalmente em relação ao Exército, o crescimento de efetivos, uma distribuição mais estratégica e com viés centralizador no território, o treinamento mais profissional de oficiais e praças, estruturação interna com maiores recursos, maior centralização decisória no Estado Maior e um projeto mais definido na organização. Cumpre notar que a Marinha fora menos beneficiada nessas décadas, dada a primazia do Exército em intervenções políticas e por processos políticos internos de rebelião, que tornaram o Estado mais reticente frente a ela.

Desde 1930 o recrutamento passa a ser mais próximo ao que será feito até os dias de hoje. Prevendo entrada e saída da instituição de forma mais sistemática e ordenada, a construção de colégios e escolas preparatórias de cadetes, a construção de um aparato ideológico próprio e mais centralizado – importante, inclusive, para conformação de quadros civis que têm passagem pelas Forças Armadas, mas que lá não desenvolvem carreira. Ademais, o recrutamento, além de dotado de maiores recursos e feito tendo em vista demandas pensadas pelas próprias forças militares, passa a contar com critérios de ordem moral e social: família e bons costumes, religiosidade, nacionalidade brasileira e posição política, inclusive familiar, que não fosse à esquerda.

Quanto ao treinamento, há uma mudança importante a partir da década de 1870, com a entrada de Benjamin Constant como docente da Escola Militar. Isso se deu porque Constant colocou em prática uma visão positivista a respeito da educação e da sociedade, de modo que alunos passaram a aprender mais sobre matemática, filosofia e letras do que disciplinas militares propriamente ditas – originando os chamados bacharéis fardados. Desprezavam façanhas bélicas e, em certo sentido, eram pacifistas. Bacharéis soldados que se contrapunham aos chamados, pejorativamente, de tarimbeiros – formados por oficiais mais velhos, muitos sem curso na Escola Militar, provenientes da Guerra do Paraguai e voltados para a prática da Guerra. Se Benjamin Constant e Euclides da Cunha eram figuras do positivismo, Deodoro da Fonseca seria uma liderança dos assim alcunhados tarimbeiros. Apesar das divergências, o espírito de corpo os unia e explica o uníssono na Proclamação da República (bacharéis com as ideias e tarimbeiros com o poder da corporação).

O ímpeto de modernização do Exército foi levado a cabo ainda pelos chamados Jovens Turcos, influenciados pelo exemplo do Exército alemão. Este processo de modernização teve como momento decisivo a vinda da chamada Missão Francesa (1920), que influenciou a organização militar num sentido de centralização e coesão maiores, tendo como pivô a reformulação do Estado-Maior. O que permitiu maior controle interno e menor quebra de hierarquias, reforçando o poder político do Exército enquanto instituição; ademais, com essa missão, assistiu-se ao aumento do escopo do poder do Exército, cuja, como chamavam, missão de Defesa passou a abarcar diversas esferas da vida social e da nação brasileira. Na Marinha, não havia essa separação entre bacharéis e tarimbeiros, contudo, como no Exército, passou por um processo de modernização. Vale dizer que os problemas políticos da Marinha passavam menos pelas disputas entre grupos de oficiais e mais entre oficiais e praças – estes sofriam severos castigos e a divisão era grande.

No pós 1930 houve a adoção do que concebiam como “métodos soviéticos” contra os “comunistas”, ou seja, os soldados passaram a ter aulas de sociologia, economia social, a ter conferências sobre esses temas, de forma a conformar uma mudança moral e intelectual em suas fileiras. Fornecendo-lhes uma visão de mundo calcada num patriotismo conservador e num anticomunismo acentuado.

Todos esses elementos, anteriormente explorados, foram importantes para construção de um arcabouço de projetos políticos e de intervenção em outras esferas do Estado e da Sociedade no Brasil. Algo que fica claro nas ideologias e intervenções, bem como nos padrões destas últimas, das forças militares na vida interna do país. Dando continuidade à exposição, podem ser identificadas três ideologias de relação entre militares e civis nas Forças Armadas ao longo do tempo.

A primeira, a ideologia do soldado-cidadão, era voltada para uma intervenção reformista, na qual os cidadãos soldados deveriam participar do poder. Foi gestada por jornalistas

republicanos (Quintino Bocaiuva e Rui Barbosa) e casava-se muito bem com o positivismo civilista dos alunos de Constant, até porque o positivismo previa a dissolução do Exército e a existência de cidadãos armados. Indicava certo ressentimento pela visão que, supostamente, se tinha dos militares como cidadão de segunda classe e justificava o intervencionismo militar renovador de tenentistas. Todavia, representava o enfraquecimento do Exército como corporação, dada a prevalência de tenentes, os quais estavam nos últimos degraus da hierarquia militar.

A segunda, do soldado profissional, propugnava uma profissionalização das forças militares e era contrária ao intervencionismo. Uma de suas figuras principais era Leitão Carvalho, o qual pregava a ideia de que as Forças Armadas precisavam de uma renovação via profissionalização, disciplina hierárquica – nos moldes franceses e prussianos –, despolitização e fortalecimento de uma corporação militar centralizada (sem reformismos tenentistas).

A terceira, por seu turno, pode ser vista como o projeto do soldado corporação e a ideologia da intervenção moderadora. Nesta é possível notar que a ideologia da profissionalização, modernização centralizadora e fortalecimento do Exército, pensada por Leitão de Carvalho, na verdade, desaguou num novo tipo de intervenção, cujas figuras essenciais foram Bertholdo Klinger e Góis Monteiro. Ambos pregavam uma intervenção, mas não reformista, feita por tenentes, e sim conservadora e centralizada pela cúpula do Estado Maior, que, a partir da hierarquia, transmitiria isso para outros degraus da corporação. Produto disto foram a Revolução de 1930, com protagonismo de Klinger, e o Golpe de 1937, com participação maior de Monteiro. Em outras palavras, os tenentes de 1922, interventores reformistas, em função das mudanças centralizadoras e organizativas das forças militares, se transformaram, quando generais, em interventores “moderadores” ou “saneadores” da República. Forjando, deste modo, uma mudança no padrão intervencionista.

As intervenções propriamente ditas foram, segundo Carvalho, aproximadamente seis: i) o primeiro tenentismo, que perdurou de 1889 até 1940 e contou com a participação decisiva de ex-alunos de Constant; ii) o Hermismo, organizada em torno da candidatura e da presidência de Hermes da Fonseca; iii) o segundo tenentismo, surgido em 1922 e que pretendia pôr fim à República Velha, falha em seu intento, todavia terá ressonâncias importantes, feito a Coluna Prestes e a educação de quadros que chegarão ao generalato adiante; iv) o Movimento “Pacificador” de 1930, que depôs Washington Luís, será o ensaio de um Exército mais poderoso e organizado no sentido de atuar com maior independência no cenário político, portando uma solidez hierárquica que será essencial nessa nova orientação e que tem como consequência política um conservadorismo social nas intervenções, algo que terá plena vazão nas intervenções posteriores e consumaram (v) o Golpe de Estado de 1937 e (vi) o Golpe Militar de 1946.

Na parte de número quatro, por seu turno, veremos uma discussão a respeito da dimensão social, cultural e identitária da guerra, mas especificamente na Guerra do Paraguai e na atuação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial. O primeiro trágico evento, para

Carvalho, foi, em contraposição à Independência e à Proclamação da República que contaram com focos de mobilização restritos, fato decisivo na construção da identidade brasileira no século XIX. Colocando em risco os cidadãos em combates nos quais pessoas do país inteiro se encontravam e lutavam pela mesma causa, produzindo a figura de um inimigo concreto contra o qual a nação deveria se contrapor e inculcando sentimentos e paixões poderosos na população. Para além da coerção, vê-se relatos de grupos populares, de negros e descendentes de indígenas que falavam em termos de defesa patriótica e da honra nacional. Ademais, imprensa, artes visuais, música e a literatura, com suas iconografias políticas e imagens que, como fórmulas de emoções (Ginzburg, 2014), foram decisivas para a construção desta identidade brasileira nacional no período. Em suma, é nesse momento histórico e a partir deste evento (marcado por batalhas sangrentas e barbaridades cometidas pelos contendores) que é possível observar a conjugação de uma série de dispositivos no sentido de inculcar paixões (*páthos*) e ideias de identificação e lealdade com uma comunidade imaginada específica: o Brasil.

Em relação à FEB, Carvalho se concentra não nos documentos oficiais e nos livros mais apologéticos de oficiais, mas sim nos diários do sargento Sebastião Boanerges. Neles encontrar-se-á, à diferença de textos oficiais, o dia a dia dos que estiveram efetivamente nas trincheiras e dos que sofreram mais com a guerra, suprimindo uma lacuna importante para uma história social do conflito. Desta feita, no lugar de abstrações táticas, vocabulário técnico e elogios, vê-se a vida efetiva de uma praça na Guerra, cujas tristezas e alegrias não giravam em torno de sucessos militares, mas sim na chegada das cartas de familiares, na dor por ocasião da morte do capelão franciscano que acompanhava o regimento e no desgosto pelo mau tratamento de um médico oficial brasileiro. Ali, o sonho com o fim da carnificina é mais central que um patriotismo difuso.

Todavia, apesar de trabalho decisivo dentro da História e das Ciências Sociais, críticas podem ser feitas. Em primeiro lugar, poder-se-ia ver um lugar diminuto para as ideias na análise de Carvalho. Seguindo as lições de Brandão (2005) e Bastos (2011), poder-se-ia notar que as ideias têm uma força política e social decisiva. Isto é, a despeito de originadas no mundo material e social, o pensamento não seria seu mero reflexo e, ainda, conformaria constelações ideológicas duráveis no tempo. Conjuntos de ideias e famílias ideológicas que condicionam decisivamente a ação de agentes coletivos e individuais. Apesar de Carvalho notar a importância, por exemplo, de ideias positivistas em período específico das Forças Armadas, o seu lugar na análise é um tanto deslocado. Até porque, é a partir de determinadas ideias e disputas ideológicas (positivismo, frações do republicanismo francês, correntes do conservadorismo alemão, marxismo de matriz comunista etc.) que se tornariam inteligíveis mudanças nas organizações militares e a forma como elas se relacionam com outras instituições e com a sociedade e não o contrário. Isso também transparece na não análise mais sistemática da chamada Doutrina de Segurança Nacional, gestada a partir dos anos 1950 na Escola Superior de Guerra, e que carregava ideias encharcadas de certo ocidentalismo cristão anticomunista e que justificavam a repressão de setores da população brasileira, vistos como inimigos da nação (Oliveira, 1986).

Em segundo lugar, há certa ambiguidade no tratamento da noção de poder moderador, por vezes entendida como ideologia e projeto ideológico gestado nas Forças Armadas, por vezes utilizada como categoria analítica. A revelação do uso político desta ideia, feita pelo próprio Carvalho ao longo de sua análise, corrobora, a bem da verdade, o seu não uso analítico. Visto que impediria a compreensão das Forças Armadas como dotadas de posições políticas e ideológicas específicas e, até mesmo, como componentes do aparato estatal, já que a noção de moderador implicaria numa ação mediadora, quiçá neutralizadora, entre as forças sociais em contenda (Oliveira, 1986: 258). Algo que a própria exposição de Carvalho mostra ser ilusória.

Referências

- Bastos, Elide Rugai. 2011. Atualidade do pensamento social brasileiro. *Sociedade e Estado*, 26 (2): 51-70.
- Brandão, Gildo Marçal. 2005. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, 48 (2): 231-269.
- Castro, Celso. 2021. General Villas Bôas: conversa com o comandante. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Castro, Celso; Marques, Adriane (Org.). 2019. Missão Haiti: a visão dos force commanders. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Castro, Celso; Monnerat, Silvia. 2018. Por uma etnografia dos dados: a propósito de uma investigação sobre o perfil social dos militares brasileiros. *Sociologia, problemas e práticas*, 1(91): 9-22.
- Carvalho, José Murilo de. 2012. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. 2019. *Forças armadas e política no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2019.
- Forjaz, Maria 1997. A emergência da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12 (35): 1-22.
- Ginzburg, Carlo. 2014. *Medo, reverência e terror*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- Gugliano, Mônica. 2020. Vou intervir!. *Piauí*. Questões da ultradireita, São Paulo, 14 Ago.
- Keinert, Fábio e SILVA, Dimitri. 2010. A gênese da ciência política brasileira. *Tempo Social*, 22(1): 79-98.
- Leirner, Piero. 2020. O Brasil no espectro de uma Guerra Híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica. São Paulo: Alameda.

- Martins Filho, João Roberto (Org.). 2021. Os militares e a crise brasileira. São Paulo: Alameda.
- Moraes, João Quartim de. 1989. O poder constituinte e a força. *Estudos avançados*, 3(7): 67-86.
- Oliveira, E. de. 1986. Forças Armadas: pensamento e ação política. In: R. MORAES, R. ANTUNES e V. FERRANTE. (Org.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, p. 257-278.
- Raposo, Eduardo; Rezende de Carvalho, Maria Alice; Schaffel, Sarita. 2019. Para pensar o Exército Brasileiro no século XXI. Brasília/Rio de Janeiro: Capes/Puc-Rio.
- Rezende de Carvalho, Maria Alice. 2019. Exército Brasileiro: um retrato à aquarela. *Novos Estudos*, 38(2): 637-651.

Recebido em: abril de 2021
Aprovado em: julho de 2021